

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO TEMA AGROINDUSTRIA E DESENVOLVIMENTO*

Marcelo Grandim**

MODERNIZAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO

As três últimas décadas têm sido cenário da penetração acelerada da tecnologia agrícola nos países do terceiro mundo, em particular na América Latina. Este fenômeno novo marcou significativamente a estrutura econômica, social e política dos países importadores de "modernização". Ainda por muito tempo, os países dependentes, cada vez mais organizados em função desta modernização, dependerão da importação de tecnologia para o funcionamento crescente de seus sistemas produtivos agrícolas.

O balanço dessas décadas permite constatar que a transferência tecnológica não conseguiu constituir-se em fator de desenvolvimento, mas ao contrário, de subdesenvolvimento.(1)

A origem deste aparente paradoxo se encontra, parcialmente, na fonte da transferência de tecnologia agrícola: a agroindústria.

Este complexo industrial controlado majoritariamente por empresas multinacionais compreende tanto a produção, vendas e aplicação da tecnologia agrícola moderna, quanto a compra e o processamento dos produtos para fins de comercialização. (2)

Além disso, a agroindústria, não oferece somente a parte da tecnologia chamada **hardware**: máquinas, insumos, infraestruturas. Proporciona também os elementos chamados **software** ligados a compra e o uso de **hardware**: conhecimentos, informações, know-how, formação empresarial, gestão, organização e assistência técnica.

* Contribuição apresentada no Seminário "Agricultura e Desenvolvimento", realizado de 13 a 16 de outubro de 1981 em Campina Grande, promovido pelo Mestrado em Economia (Rural) da Universidade Federal da Paraíba. Tradução do espanhol de Givaldo Gualberto da Silva, revisão de Elbio Troccoli. (Subtítulos da Redação).

** Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

(1) Vide C. Contreras: *Transferencia de Tecnología a Países en Desarrollo*, Ildis, Caracas 1979.

(2) Vide A. P. Guimarães: *El Complejo Agroindustrial y la Agricultura Brasileira*, in *Estudios Rurales Latinoamericanos*, Mayo-Agosto/1980.

| | | | | | |
|-------------|----------------|-------|------|----------------|-------------------|
| Rev. RAÍZES | Campina Grande | Ano I | Nº 1 | pgs. 123 - 133 | jul. - dez / 1982 |
|-------------|----------------|-------|------|----------------|-------------------|

Assim, em vários países, as empresas têm seus próprios agrônomos e especialistas em marketing agrícola que garantem esta transferência do software, e através deste, do hardware.

Questionar o impacto da agroindústria no processo de desenvolvimento, ou melhor dizendo de subdesenvolvimento, significa questionar a própria teoria do desenvolvimento: qualquer estratégia para o estabelecimento de um modelo produtivo responde necessariamente a uma teoria mais ou menos definida e a uma política concreta. Para a finalidade das presentes considerações, podemos apontar quatro tipos de análise a respeito do problema do subdesenvolvimento e do desenvolvimento (3):

a) Enfoque produtivista que atribui principalmente o subdesenvolvimento ao desequilíbrio entre o crescimento demográfico e o crescimento da produção, devido em grande parte à escassez de tecnologia. Para este enfoque a solução se encontraria no aumento da produção, particularmente através da transferência tecnológica e da concessão de créditos;

b) O enfoque funcionalista que atribui basicamente o subdesenvolvimento ao desequilíbrio entre os setores de produção. A solução se encontraria na planificação como mecanismo fundamental para alcançar o aumento da produção e o equilíbrio do sistema;

c) O enfoque estruturalista que atribui o subdesenvolvimento à ineficiência das estruturas. A solução então, seria a reforma, a atualização ou a substituição das estruturas deficientes;

d) O enfoque sistêmico que atribui o subdesenvolvimento aos próprios fundamentos do sistema e ao desequilíbrio na estrutura de poder causado pela propriedade privada dos meios de produção, às diversas formas de controle dos mecanismos e à apropriação desigual da renda. Para este enfoque somente uma mudança de sistema, que signifique a eliminação da dependência e da dominação, pode trazer uma solução real ao problema do subdesenvolvimento.

Oficialmente, a estratégia de desenvolvimento ligada à agroindústria e a transferência tecnológica se situa na visão do enfoque produtivista, mesmo que de fato tenha que se proceder a análise para captar suas projeções reais, sob o aspecto sistêmico, como um fator da expansão do capitalismo e da dependência econômica e política, mecanismo de exploração e de subdesenvolvimento.

(3) Grondin, M.: *Esquemas Organizativos de los Productores Agrícolas para la Comercialización de sus Productos*, Santo Domingo 1977, mimeo.

A EVOLUÇÃO DO SETOR AGRÁRIO À LUZ DA HISTÓRIA RECENTE

Nas últimas décadas, esperava-se (4) que a agricultura desempenhasse as seguintes funções:

- a) Produzir alimentos baratos em escala crescente;
- b) Obter divisas;
- c) Contribuir à poupança interna e à formação de capital;
- d) Fornecer mão-de-obra para a indústria em expansão;
- e) Ampliar a demanda da nova produção resultante dessas indústrias.

A consecução de tais objetivos deu importância particular à introdução e à produção de tecnologia para a agricultura orientada seja para o aumento da produtividade da terra (por exemplo emprego de sementes melhoradas e fertilizantes), seja para a mão-de-obra (por ex.: mecanização). Em muitos países os cultivos para a exportação receberam maior atenção que os produtos básicos destinados ao mercado interno. Esta estratégia deveu-se em parte ao controle das empresas agroindustriais sobre a produção agrícola.

Os países pobres têm sido uma fonte indispensável de capital, de financiamento para a expansão das empresas agroindustriais. As economias de escala que acompanham a implantação de empresas de dimensão sempre maior, são fundamentais para a estratégia de crescimento destas.

Por tal motivo, os esforços de expansão e a busca de maximização dos lucros levou as grandes firmas a penetrar cada vez mais na América Latina, África e Ásia, procurando estabelecer seu controle sobre três estruturas essenciais do poder: a tecnologia (externa), o capital financeiro e as técnicas de comercialização, juntamente com a difusão da ideologia consumista.

A penetração e a importância crescente das empresas agroindustriais na América Latina, corresponde a etapas particulares da "estratégia do desenvolvimento". Desde os anos trinta, e particularmente nos anos cinquenta, prevaleceu uma concepção do desenvolvimento que considerava este como um processo contínuo baseado na industrialização e na substituição de importações, o qual, associado a determinadas reformas sócio-econômicas, gestaria um maior grau de consenso social ao unir crescimento e bem-estar.

Esta estratégia abriu as portas às empresas estrangeiras, particularmente as multinacionais, que se revelaram, juntamente com o Estado, o elemento

(4) Cf. IICA: *Elementos para una Estrategia del Desarrollo Rural en América Latina en la Década de los Setenta*, mimeo, 1976.

mais dinâmico de “mudanças” estabelecendo indústrias de transformações entre elas, várias de tipo agroindustrial.

A reforma agrária se situou entre mudanças sócio-econômicas previstas por esta concepção de desenvolvimento, com uma forma de alcançar as metas fixadas para a agricultura. Não obstante, os propósitos não eram somente de ordem econômica, mas também político e social. Efetivamente, esta teoria considerava que se não se levavam a cabo reformas sócio-econômicas, nem tão pouco se incrementava, com ajuda externa, a acumulação de capital, seria difícil manter simultaneamente governos estáveis e a vigência dos valores democráticos.

A expectativa era que a reforma agrária favorecesse a criação ou a ampliação de uma camada média rural com um poder aquisitivo maior e também um maior acesso ao crédito. Este segmento social poderia servir ao mesmo tempo de amortizador frente às massas descontentes, de mecanismo para seu controle. Com efeito, a reforma agrária, onde foi realizada, não logrou os resultados anunciados. Seus altos custos de execução, a oposição dos grupos de poder afetados, a lentidão em sua aplicação, sua própria finalidade e a verificação de que a massa rural exercia uma pressão política mais fraca que a suposta, tiveram impulso ao processo deixando marginalizada uma alta porcentagem de beneficiários potenciais.(5)

A multiplicação dos regimes militares no continente serviu para “estabilizar” os governos, controlar os movimentos sociais e manter vigentes os “valores democráticos”, diminuindo a premência da reforma agrária vista como um muro de contenção da revolta das massas rurais.

Por outro lado, uma nova forma de emprego da tecnologia agrícola, a revolução verde, significava uma nova alternativa para as empresas do agrobusiness.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, começaram a experimentar escassez de alimentos para sua população humana e animal e uma diminuição de seus estoques estratégicos. Ao mesmo tempo, a reconversão, das indústrias de guerra em indústrias de tempos de paz encontrava uma boa saída no setor da agroindústria, aproveitando o amplo mercado que significava o terceiro mundo. Assim, sob o pretexto de atender a miséria e a fome das massas pobres e em nome do avanço dos países “atrasados”, foi lançada em certas regiões da América Latina, particularmente no México, e mais ainda na Ásia, a estratégia da “revolução verde” como antídoto à “revolução vermelha”.

(5) Ao respeito veja p. ex. o Informe Anual 1977, da CEPAL.

A revolução verde, ou transferência massiva de tecnologia em um tempo curto e em uma região limitada, apresentava-se como um programa técnico destinado a propagar variedades de sementes, as quais, quando aprovadas em condições técnicas e ecológicas ótimas (o que supõem o uso de maquinário e produtos químicos) podem deter colheitas maiores. Não obstante, através de um programa múltiplo, com intervenção da Fundação Rockefeller-Ford, o governo norte-americano, e as indústrias, a "revolução verde" foi convertida em um mecanismo para estender e ampliar o mercado dos produtos industriais empregados na agricultura, os quais são manufaturados e comercializados por empresas multinacionais.(6)

Por meio da rede de empresas que têm nos países subdesenvolvidos, estas indústrias influenciam os mercados, intervêm na economia e na política, p. ex.: através de créditos e empréstimos aos governos ou aos compradores dos produtos agroindustriais. Mesmo que lançada como um meio de fomentar o bem-estar das populações pobres, a revolução verde, de fato, constitui um mecanismo cada vez mais poderoso de exploração e controle econômico e, portanto, político, por parte dos grupos industriais sobre o setor agrário e a política dos países dependentes. Assim a "revolução verde" se transforma num instrumento de penetração econômica e política nos programas agrícolas destes países, por meio das empresas multinacionais das nações capitalistas.(7)

O uso de equipamentos sofisticados e de técnicas agrícolas complexas tem uma aplicação mais fácil nos latifúndios onde existem já alguns equipamentos, infraestrutura, mais alto poder aquisitivo e mais capacidade de conseguir empréstimos elevados. Ao estimular assim a agricultura em grande escala, a "revolução verde" revelou-se como um programa de contra-reforma agrária. Não obstante, a "revolução verde" não podia atingir a grande massa de produtores agrícolas posto que exigia, além de terra extensa e adequadas à mecanização, condições naturais, administrativas, organizativas e de assistência técnica que superariam as potencialidades da maioria deles. Além do mais, os custosos programas produziram um lucro reduzido. Vários autores mostraram que nas regiões onde havia maior produção de alimentos, a fome também era maior que antes.(8)

(6) Vide E. Feder: *Rural Latin America Heads Towards the 1980's, Paper*, 1976.

(7) *Idem.*

(8) Vide F. Moore e J. Collins: *Where more Food Means more Hunger, in War on Hunger, a Report from A.I.D., Vol. X, No. 11*, 1976.

As conclusões de tais estudos não chamaram muito atenção, posto que a eliminação da fome na região onde se realiza o programa não é a prioridade do projeto.

OS "PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO" NA PRÁTICA

Depois de buscar sua expansão pelo setor do latifúndio, o capitalismo descobriu o potencial de consumo contido na massa dos pequenos produtores. A década de setenta tornou-se então a década do pequeno produtor. Esta nova tendência marcou inclusive a política do Banco Mundial, como expressou R. McNamara em seu discurso de 1974. A "revolução verde", desprestigiada, não dava muito resultado em grande escala.

Porém era possível realizar algo similar em pequena escala, ao nível da pequena empresa familiar. O veículo seria a transferência tecnológica e creditícia acelerada, a nível dos pequenos produtores; entendida esta não somente como sua criação e importação por parte de um país produtor, mas incluindo também sua devida absorção pelos agricultores que a adquiriram.

Conforme assinala o informe anual de 1977 da CEPAL, a mudança tecnológica se produz no Terceiro Mundo em proporção elevadíssima por incorporação de uma tecnologia importada desde as nações industriais e/ou produzida no país por empresas multinacionais. Se bem que a importação da tecnologia possa ser uma alavanca para o desenvolvimento, as condições de sua aquisição e seu uso indiscriminado conduzem a sérios desequilíbrios econômicos e sociais e a um grau crescente de dependência.

Com a assistência dos programas dos organismos internacionais, particularmente do B.I.R.D., B.I.D., da O.E.A., do I.I.C.A. e da F.A.O., muitos governos elaboraram uma nova política de apoio ao pequeno produtor: assistência técnica, facilidades creditícias, organização de Associações, cooperativas, financiamento de projetos. Assim, na República Dominicana (5 milhões de habitantes, dos quais 3 milhões na zona rural), o governo de Balaguer, obteve numerosos financiamentos para projetos rurais. Um deles foi o PIDAGRO (Projeto Integrado de Desenvolvimento Agropecuário) num valor de US\$ 38 milhões, cujos resultados, segundo avaliação do próprio governo, foram muito limitados. O governo deste país utilizou neste projeto uma boa parte de seus 500 agrônomos distribuídos nas sete regiões agrícolas do país, prestando assistência técnica aos pequenos produtores, com o assessoramento de especialistas internacionais. Em forma direta ou indireta, geralmente, sem saber, a quase totalidade destes agrônomos, que se destaca pela sua grande dedicação ao trabalho e seu interesse pelo agricultor, se encontravam ligados a empresas multinacionais a cujos interesses serviam: venda de produtos quí-

micos, maquinário, comercialização de produtos. Este quadro se repete na maioria dos países da América Latina de forma mais ou menos intensiva, segundo as circunstâncias onde se multiplicam os esforços para aumentar o número de pequenos produtores que tenham acesso ao mercado da modernização, seja no seu aspecto hardware seja no seu aspecto software. Assim, o pequeno produtor se encontra completamente enquadrado e controlado, tanto pelas redes da assistência técnica e pelas condições de crédito que lhe obrigam a aceitar certos tipos de sementes, os programas do governo e a assistência dos seus técnicos, como pelos mecanismos de mercado criados pelos governos com a ajuda dos organismos internacionais. Com esta última finalidade, o IICA gastou somas consideráveis de dinheiro de 1975 a 1979 para elaborar um modelo de mecanismo de mercado para os pequenos produtores da América Latina.

A transferência tecnológica, tal como se realiza, geralmente em forma discriminada e com uma assistência técnica deficiente ou inexistente, tem efeitos de vários tipos. Em certas regiões, o uso da tecnologia resulta em um verdadeiro desastre ecológico: mudanças climatológicas, desequilíbrio ecológico, endurecimento do solo, que obriga a comprar tratores sempre maiores e mais potentes cujo peso endurece ainda mais o solo, favorecendo a erosão no tempo de chuvas. No Brasil, por exemplo, no Paraná, milhões de toneladas de terras aráveis de primeira qualidade são levadas aos rios cada ano. O panorama oferecido pelas cataratas das Sete Quedas em Guaíra, onde se unem as águas poderosas do Rio Paraná com aquelas claras do Rio Amambáí, do Mato Grosso, é eloqüente. Que dizer do espetáculo oferecido pela cor das águas das cataratas de Foz do Iguaçu em tempo de chuvas!

A quantidade enorme de terras levada pelo rio permite captar a magnitude do desastre causado pela erosão, efeito não somente do deflorestamento indiscriminado, mais do uso de numerosas e pesadas máquinas. O paraíso agrícola que é o Paraná de hoje poderia ser o prelúdio do deserto de amanhã.

As conseqüências do emprego de produtos químicos são tão conhecidas que não mereceriam comentários. O uso indiscriminado de inseticidas, herbicidas, pesticidas, adubos químicos, injeções aplicadas em certas frutas, tem chegado a tal grau de perigo para a saúde de uma importante parte da população através do consumo de legumes e frutas particularmente, que tem ocasionado repetidas denúncias oficiais por parte da Associação Nacional dos consumidores. Vários produtos químicos agrícolas absolutamente proibidos nos E.E.U.U. por ser altamente venenosos e prejudiciais a saúde humana são exportados e vendidos por empresas multinacionais em países subdesenvolvidos. Um técnico do governo americano, de visita a República Dominicana

manifestava sua grande surpresa ao ver ao longo da estrada, um imenso cartaz anunciando um produto químico proibido em seu próprio país vendido ali abertamente por uma empresa norte-americana. Enquanto isso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Panamericana de Saúde (OPS) levam a cabo custosos programas paralelos de saúde.

Os produtores se encontram presos ao círculo vicioso da tecnologia: os tratores endurecem a terra, facilitando a erosão e tem que ser trocados por tratores cada vez maiores para poder arar, endurecendo a terra e facilitando o avanço da erosão. Os insetos, considerados todos como inimigos de forma indiscriminada, e as enfermidades tratadas com a aplicação de veneno químico, desenvolvem resistência que obrigam a usar mais doses fortes e ou mais frequentes. Ao ver tantos pássaros mortos em volta de sua fazenda depois de uma aplicação de pesticidas, um agricultor do Estado de Nova York, J. I. Rodale, decidiu abandonar o uso de produtos químicos. Lançou o grande movimento de “volta à agricultura orgânica”, em forma científica, e provou que é possível obter os mesmos lucros sem o uso dos produtos químicos.⁽⁹⁾ O movimento atualmente significativo nos E.E.U.U. foi e continua sendo fortemente combatido pelas multinacionais do agrobusiness. Apesar de tantas experiências realizadas no campo da agricultura orgânica, com resultados positivos, cuja adaptação a países subdesenvolvidos seria relativamente fácil, os programas oficiais preferiram geralmente seguir com a política do hardware e do software.

AS MUDANÇAS OCASIONADAS E SEUS SIGNIFICADOS

A acentuação da transferência tecnológica nas duas últimas décadas além disso, teve um aspecto significativo na diferenciação de grupos sociais na área rural. Assim como indica o informe da CEPAL de 1977, nem a reforma agrária nem outros meios tentados (empresas comunitárias, cooperativas, “revolução verde”) haviam alcançado avanços de importância até o final da década de 60. Muito pelo contrário, havia aumentado a quantidade de assalariados rurais sem acesso ao uso da terra. Não obstante, simultaneamente, acontece outro processo expressivo: a formação de um novo tipo de empresário rural que, aproveitando os serviços técnicos, o crédito rural e as infraestruturas oferecidas pelos programas oficiais ou pelas

(9) Vide W. Tucker: *Organic Farming on a Grand Scale*, in *Atlantic Monthly Review*, outubro 1979.

empresas agroindustriais, se constitui em "agricultor", distanciando-se do "camponês"(10)

Este novo homem do agro é proprietário e administrador de uma empresa rural, altamente mecanizada, para o caso, e tecnicizada. O chefe de família pode sozinho realizar a maioria das tarefas, utilizando ocasionalmente a mão-de-obra familiar, (principalmente os filhos) ou assalariados. Este fenômeno acentua a formação de três estratos bem diferenciados:

1) **Latifundiários:** empresa industrial, mão-de-obra assalariada, produção capitalista, em função do mercado.

2) **Agricultores:** empresa familiar, mão-de-obra familiar limitada, produção com capital, porém não capitalista, em função do mercado e, secundariamente, para o consumo familiar.

3) **Camponeses:** empresa familiar, mão-de-obra familiar, produção artesanal, em função da subsistência da família, e, em segundo lugar, do mercado.

A pequena empresa moderna, do tipo farmer, provou ter um potencial considerável para o incremento da produção. Além do mais, graças ao aumento de seu poder aquisitivo por meio do incremento da produção ou das facilidades creditícias, este setor representa um interessante conjunto de clientes para a compra e a integração da tecnologia às atividades agropecuárias.

Este tipo de empresa familiar favorece a apropriação de lucro por parte das empresas do sistema. Efetivamente, este empresário não pretende se organizar em função da captação crescente de uma mais-valia ou da maximização de seus lucros, mas ambiciona basicamente assegurar o bem-estar de sua família. O sistema capta o "excedente" produzido por este empresário através dos preços de mercado para seus produtos, dos mecanismos fiscais e financeiros, a venda de máquinas e insumos, o crédito e os serviços de assistência agrícola e a gestão empresarial. A empresa do agricultor se capitaliza sem chegar a ser capitalista: o capital está presente unicamente como elemento técnico.

A transferência tecnológica não tem atingido mais do que superficialmente a imensa massa de minifundistas, proprietários donos ou inquilinos de terras pobres ou mal localizadas, sem capacidade financeira para a aquisição da tecnologia, sem terra para aplicá-la ou sem preparação administrativa e técnica para gerí-las. As transferências de capital e tecnologia aumentam ?

(10) Vide Cl. Morin: *Les Rapports de Production dans l'Agriculture Latino-américaine; le "Problème Agraire" devant l'Histoire*, in *Les Ateliers de Recherche Latino-américains*, Université d'Ottawa, 1977.

certa forma as perspectivas de lucros na agricultura, mesmo que a um custo ecológico e humano muito elevado para aqueles que podem apropriar-se do "excedente".

Por outro lado, a presença crescente deste novo pequeno produtor tem desempenhado um papel importante no conjunto das relações de poder e de força. Este empresário resultou ser um forte baluarte contra as pressões das massas camponesas e o melhor aliado da corrente anti-reforma agrária.

O maior impacto do agrobusiness se situa a nível estrutural onde se tem que colocar propriamente o problema do subdesenvolvimento. Efetivamente, um modelo de desenvolvimento que privilegie a maximização da taxa de crescimento econômico, a industrialização e a exportação de bens manufaturados, requer a aquisição, nos países industrializados, de uma tecnologia complexa a qual está controlada por empresas multinacionais.

Esta tecnologia virá por bastante tempo mais, e em sua maior parte, do exterior ou de empresas sob controle externo. Na atual fase de internacionalização da produção capitalista, as empresas multinacionais têm pouco interesse em programas de conteúdo nacionalista, a não ser que sirvam a seus interesses e favoreçam seus investimentos. Assim, o investimento estrangeiro passa a constituir-se um agente econômico dominante em produtos chave como os requeridos pelas agroindústrias, com projeções altamente políticas, cujas estratégias não se correspondem necessariamente com a estratégia global do Governo. O poder das multinacionais, agrupadas às vezes em associações a nível nacional, é tal que pode ignorar (e de fato muitas vezes é ignorada) a programação do Governo ou impor condições para prestar sua colaboração. Assim, as empresas da agroindústria exercem um duplo papel: de mecanismo de dominação externa e de efeito de desarticulação interna. Em tal caso, o crescimento não significa desenvolvimento, mas dependência e desarticulação. É o desenvolvimento do subdesenvolvimento, onde a agroindústria cumpre sua própria finalidade: transferir valor aos centros de poder econômico e político por meio da dominação e da desagregação dos mecanismos internos, tanto do setor econômico como do social e político.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BARNET R. J., Poder Global, A Força Incontrolável das Multinacionais,** Record, São Paulo 1980.
- CEPAL, Informe Anual,** Santiago 1977.
- CONTRERAS C., Transferencia de Tecnología a Países em Desarrollo,** Ildis, Caracas 1979.
- FEDER E., Latin America Heads Towards the 1980's, Paper,** 1976.
- GRONDIM M., Esquemas Organizativos de los Productores Agrícolas para la Comercialización de sus Productos;** mimeo, Santo Domingo 1977.
- GUIMARÃES A. Passos, El Complejo Agroindustrial y la Agricultura Brasileira,** in *Estudios Rurales Latinoamericanos*, Mayo-Agosto, 1980.
- IICA, Elementos para una Estrategia del Desarrollo Rural en América Latina en la Década de los Setenta,** mimeo, 1976.
- MOORE F. & COLLINS J., Where More Food Means More Hunger,** in *War on Hunger, a Report from A.I.D.*, Vol. X, n.º 11, 1976.
- MORIN Cl., Les Rapports de Production dans L'agriculture Latinoamericaine: le "Problème Agricole" Devant L'histoire,** in *Les Ateliers de Recherche Latino-Americains*, Université d'Ottawa, 1977.
- TUCKER W., Organic Farming on a Grand Scale,** *Atlantic Monthly Review*, octubre, 1979.